

Debates

17 DE MARÇO DE 2023

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI e CONTE LOPES</p>
RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - CONTE LOPES</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>4 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI</p> <p>Tece considerações acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à aplicação da Lei 8.112/90 aos estados e aos municípios.</p> <p>5 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>6 - CONTE LOPES</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>7 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - PRESIDENTE CONTE LOPES</p> <p>Endossa o discurso do deputado Reis.</p> <p>9 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - SIMÃO PEDRO</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - CAPITÃO TELHADA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>12 - PRESIDENTE CONTE LOPES</p> <p>Parabeniza o deputado Capitão Telhada pela condecoração recebida em evento do Corpo de Bombeiros Militar.</p> <p>13 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>14 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>15 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>GRANDE EXPEDIENTE</p> <p>16 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>17 - REIS</p> <p>Pelo art. 82, faz pronunciamento.</p> <p>18 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>19 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>20 - PRESIDENTE CONTE LOPES</p> <p>Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 20/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>
PEQUENO EXPEDIENTE
<p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.</p> <p>Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará o uso regimental da tribuna.</p> <p>O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, secretários e funcionárias da Assembleia Legislativa, hoje é o segundo dia da nossa sessão.</p> <p>Ontem já apresentei, inclusive, já apresentei a origem que me trouxe a esta Casa como vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores, representando os bancários do estado de São Paulo, diversos segmentos dos trabalhadores, os movimentos sociais.</p> <p>Hoje, eu trago aqui uma denúncia, uma reclamação. Já encaminhamos inclusive uma solicitação para o Ricardo Brito, que é presidente hoje da Desenvolve SP. Hoje na Desenvolve SP os trabalhadores estão vinculados também ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.</p> <p>Durante o processo da pandemia, em que muitos trabalhadores foram acometidos, foi feito um debate entre os trabalhadores e a Febraban, e ali tirou um protocolo, tirou um mecanismo inclusive com acordo coletivo firmado sobre o teletrabalho. Sabemos que hoje, mesmo depois da diminuição da Covid no estado de São Paulo, muitos trabalhadores ainda estão em home office.</p> <p>Muitas empresas trabalham de forma híbrida, e a Desenvolve SP vinha, até o mês de janeiro, trabalhando de forma híbrida. O pessoal trabalhava dois dias por semana na Desenvolve SP e três dias em home office, e a gente percebeu da denúncia que foi firmada ao Sindicato dos Bancários que a Desenvolve SP não tinha inclusive uma estrutura para receber de volta o conjunto dos seus funcionários - hoje são 145 funcionários na Desenvolve SP.</p> <p>Mesmo não tendo uma estrutura suficiente para estar recebendo todos os funcionários de forma presencial, o atual presidente, Ricardo Brito, determinou o retorno agora no dia 6 de março ao trabalho de forma presencial de todos os funcionários da Desenvolve SP, só que, ao fazer essa solicitação do retorno, inclusive com pedido de negociação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região que foi feito no dia 17 de fevereiro, até agora o atual presidente da Desenvolve SP, Ricardo Brito, ainda não marcou essa negociação.</p> <p>Está determinado inclusive na Convenção Coletiva, no acordo firmado de teletrabalho que, quando fosse acontecer o retorno de forma presencial em qualquer instituição financeira, isso deveria ser precedido de um processo de negociação, o que não aconteceu até agora. Lembrando que no dia 17 de fevereiro foi solicitada essa negociação.</p> <p>Inclusive, com esse retorno agora no dia 6 de março, já houve dois casos de Covid constatados na Desenvolve SP, inclusive um andar inteiro de trabalhadores e servidores da Desenvolve SP praticamente não pôde trabalhar em virtude da Covid.</p> <p>Duas pessoas foram acometidas por Covid, demonstrando a irresponsabilidade do atual presidente da Desenvolve SP, descumprindo uma determinação legal da Convenção Coletiva de Trabalho, que é ter uma negociação para o retorno do trabalho presencial.</p> <p>Em terceiro, não tem uma estrutura efetiva para que todos os trabalhadores possam voltar de forma presencial.</p> <p>Então foi uma denúncia pública em relação ao presidente da Desenvolve SP, e estamos solicitando, inclusive agora reafir-</p>

mando, o pedido de negociação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

Estamos fazendo um pedido também a partir do nosso mandato para que seja feita essa negociação. Inclusive já foi apresentada uma proposta para adequar de forma híbrida.

Ninguém está se recusando a retornar de forma presencial, mas tem que garantir que os trabalhadores não possam ser acometidos por Covid, uma doença que matou milhares de pessoas não só aqui no estado de São Paulo, mas em todo o País.

Ainda tem muitas pessoas sendo acometidas por Covid, e todo o sistema financeiro está voltando de forma presencial. Nós defendemos inclusive o retorno de forma presencial, desde que haja o cumprimento da Convenção Coletiva, o acordo coletivo que foi firmado, que é uma negociação primeiro com o sindicato para que se faça de forma gradual.

Então estamos cobrando aqui o Sr. Ricardo Brito, que já assumiu a presidência da Desenvolve SP, que nos próximos dias possa atender o Sindicato dos Bancários, atender o pedido de negociação, porque a Convenção Coletiva determina essa negociação, inclusive agora com a participação deste deputado que ora vos fala, para que a gente possa resolver o problema ora apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marina Helou. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Conte Lopes, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cumprimentar V. Exa. aqui, presidindo os nossos trabalhos, apesar da disputa, mas está presidindo os trabalhos aqui nesta Casa. O presidente deve ter uma maior atividade, mas tem o primeiro vice, o segundo, o terceiro, o quarto vice, mas parabéns pelo trabalho de Vossa Excelência.

Eu queria responder ao nobre deputado Reis, do PT, que ontem falou que eu fiquei com medo de assinar uma CPI. Veja bem, deputado Reis, se eu for assinar uma CPI toda vez que houver um tiroteio entre bandidos e polícia, os deputados vão ficar iguais ao DHPP, todo dia vai ter uma CPI aqui nesta Casa.

Então, se houver alguma falha no processo, que eu não sei, deve aparecer. Vossa Excelência, inclusive, que é um investigador de polícia, pode ir lá, como foi, apurar, fazer os levantamentos.

Não resta a menor dúvida, eu acho muito importante isso. Eu acho que caberia ter uma CPI em Paraisópolis, quando aquela policial feminina foi reconhecida em Paraisópolis como policial, a Juliane, e foi levada para dentro da favela quando houve um furto num bar em que ela estava lá.

Houve um furto, ela se apresentou como policial e acabou sendo dominada pelo PCC. Ela foi levada como refém, ficou quatro dias na mão dos bandidos, nobre deputado Reis, e o governador do Estado - na época, se não me falha a memória, o Geraldo Alckmin - proibiu a entrada da Rota, da Força Tática para defender a policial que estava em poder dos marginais, dos bandidos. Quatro dias ela ficou, até que ela apareceu morta.

Denunciamos aqui nesta Casa isso. Proibir a polícia de tentar salvar alguém que está em poder de sequestradores, é o fim do mundo que aconteça isso. Eu acho que ali caberia, realmente, uma CPI.

Agora, no caso específico de V. Exa., eu sei muito bem como é que funciona o PT, o PT não toma decisão à parte. Quando é para ter uma CPI, todos assinam a CPI. Conheço o PT, nobre deputado Reis, desde 86, quando cheguei a esta Casa. Aqui estava o José Dirceu, estava Telma de Souza, Luiza Erundina. Vários políticos passaram.

Então, é uma forma de agir. O nosso partido dá por princípio que a CPI ou qualquer coisa do PL deve ser tomada pelo líder do partido. Então, esse é o problema. Não é questão de medo, porque, primeiro, não estava lá, então eu não sei o que aconteceu de errado lá. Se V. Exa. tem alguma coisa de errado, V. Exa. deve denunciar até que se reabra um novo inquérito, porque, V. Exa. sendo investigador de polícia, eu sei que V. Exa. acompanhou, foi lá, teve condições.

Se arredondaram alguma coisa, eu não sei. Eu não sei, mas eu não sei se cabe à Assembleia Legislativa apoiar um entrevoto entre bandidos e policiais de uma visita do governador Tarcísio.

De uma visita não, em uma ação política, em um comício lá em Paraisópolis do hoje governador Tarcísio de Freitas. Eu acho que, simplesmente, foi uma ação policial: bandidos armados foram agir contra a candidatura, ou contra a campanha, e os policiais que lá estavam reagiram. Então, eu acho que o que ficou configurado foi isso.

Então, não vejo uma CPI para isso. Caso contrário, nós vamos virar uma DHPP aqui, toda ocorrência em que houver um entrevter nós vamos fazer uma CPI. Os deputados vão ficar com raiva da gente - “Orra”, CPI toda hora”, “Outra ocorrência, uma CPI. Todo mundo aqui para fazer uma CPI”.

Então, essa é a minha colocação. Se houver fatos novos... Nobre deputado Reis, V. Exa. sempre trabalhou conosco, sempre trabalhou na Segurança Pública. Nós dois quase morremos lá na Cracolândia.

Ai caberia uma CPI, na Cracolândia. Nós fomos lá como vereadores, lembro de que nos cercaram, não deixaram a gente entrar na Cracolândia. Desde aquela época a Cracolândia era dominada pelo PCC e é dominada até hoje.

Ai caberia uma CPI, porque o povo liga para a gente. Quem mora lá vive aterrorizado, não consegue dormir, não consegue entrar e nem sair, é assaltado de dia e de noite. Então, ali, sim, caberia uma CPI para se apurar, realmente, o que acontece no centro de São Paulo.

Quando fomos lá, V. Exa. lembra, não proibiram a gente de entrar pela Câmara Municipal, não, a Comissão de Segurança não entra. A Polícia Militar e a Guarda Municipal dando segurança para o tráfico na nossa cara e depois de muita discussão liberaram, só que “vocês podem entrar, mas a televisão fica fora”.

Então não pode entrar os caras, quer dizer, o domínio no centro de São Paulo e até hoje está a mesma coisa. Todo governo que entra fala que vai acabar, estamos torcendo para o Tarcísio de Freitas acabar com isso, porque desde que criou “agora acabou”, e está lá.

Não falo por mim, falo pelo povo que mora na região, só para terminar, Sr. Presidente, que vive um terror total. Não consegue dormir, não consegue trabalhar, não consegue estudar, não consegue chegar e nem sair de casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência a lista de oradores inscritos, com a palavra agora a deputada Paula da Bancada Feminista. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental.

Enquanto V. Exa. se desloca até a tribuna, eu gostaria de oficializar o governo estadual e os 645 municípios do estado de São Paulo que o Supremo Tribunal Federal acabou de julgar um recurso importante, estendendo os benefícios da Lei Federal 8.112, de 1990, para todos os servidores.

Essa lei, para quem não sabe, garante aos servidores federais a redução da jornada de trabalho sem redução salarial para servidores com deficiência e também para servidores que tenham filhos, dependentes com deficiência. Uma lei importante nessa área da defesa dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência.

A decisão já foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal e esse direito é estendido agora a todos os servidores municipais e estaduais de todo o Brasil. Então quero aqui oficializar o governo

estadual para que ele cumpra essa determinação do Supremo Tribunal Federal e também os 645 municípios. Agora é uma decisão do Supremo tribunal Federal, não cabe mais recurso.

Digo isso porque nós fizemos exaustivamente o debate aqui na Assembleia Legislativa durante anos, sobretudo em torno da nossa PEC. Apresentei uma PEC aqui em 2011, foi aprovada em todas as comissões, está em regime de urgência e será contemplada, está sendo contemplada hoje por essa decisão.

Com a palavra, deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde colega Giannazi, boa tarde a todos os colegas deputados e também às pessoas que nos acompanham.

Bom, nós da bancada feminista do PSOL não poderíamos hoje deixar de usar a tribuna para falar sobre os casos de assédio e importunação sexual. Essa semana nós assistimos estarecidas o que aconteceu no programa Big Brother Brasil.

Felizmente, ontem, os agressores foram eliminados do programa, foram suspensos do programa, retirados do programa, mas as marcas, que são marcas que ficam nas vítimas da violência, são marcas que permanecem.

Então, antes de tudo, eu quero manifestar minha solidariedade à Dania Mendez e a todas as vítimas de assédio, de violência e de importunação sexual, muitas vezes silenciadas e também do nosso Estado.

- Assume a Presidência o Sr. Conte Lopes.

É muito importante dizer que no estado de São Paulo, infelizmente, não existe nenhuma forma de sistematização, não existe uma central que unifique os dados de importunação sexual e de assédio sexual. Isso faz com que nós sejamos submetidas a uma subnotificação desses casos, que são casos tão importantes e, infelizmente, tão enraizados na nossa sociedade.

A informação que nós temos é que, de acordo com a ONG “ActionAid”, pelo menos 84% das mulheres paulistas já passaram por algum tipo de assédio sexual em suas vidas. Então o assédio sexual contra as mulheres é uma realidade e é uma realidade que tem raça.

Nós, mulheres negras, estamos muito expostas a esse tipo de violência, seja pelo hipersexualização, que é uma herança da escravidão, seja pelo transporte público lotado, seja porque nós saímos muito cedo para trabalhar, antes do sol nascer, chegamos em casa depois que o sol se põe e estamos expostas à falta de iluminação nas vias públicas das periferias da cidade e também ao assédio e importunação sexual por chefes, por patrões no ambiente doméstico, com as empregadas domésticas, em empresas, em nossos espaços de lazer, nos espaços de diversão.

O assédio sexual é crime. Ele deve ser denunciado, deve ser punido, mas também não pode ser que a única forma de acesso ao estado das mulheres vítimas de assédio seja por meio das delegacias, porque isso é completamente ineficaz.

É muito importante que nós tenhamos políticas que garantam um transporte público que não seja lotado, que possamos garantir a iluminação adequada nas ruas das cidades, que possamos garantir o cumprimento do protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual em bares e restaurantes e que possamos também garantir especialmente que o machismo seja combatido em toda a nossa sociedade, porque é o machismo que naturaliza a apalpada sem consentimento, o beijo forçado. É o machismo que naturaliza também a importunação sexual.

O nosso mandato e, com certeza, toda a bancada do PSOL, estarão focados em pensar em políticas públicas efetivas em nosso Estado que garantam o direito das mulheres e garantam que o nosso Estado seja um local seguro para que as mulheres vivam.

Esperamos também que o tempo de assediadores como Arthur do Val e como Fernando Cury tenha acabado nesta Casa Legislativa. Atuaremos para que situações como as que assistimos na última legislatura nunca mais aconteçam nesta Casa.

Para além disso, precisamos de uma postura antimachista ativa. Precisamos que os projetos de lei que apresentarmos, como o da educação para a igualdade racial e de gênero, a partir do dia 23, sejam aprovados e sejam sancionados pelo governador Tarcísio, além de vários outros projetos que com certeza serão apresentados nesta Casa e que garantirão que o estado de São Paulo seja um local seguro para que as mulheres possam viver.

Por fim, quero mandar um grande e forte abraço a todas as lutadoras feministas que garantiram que casos como o que vimos na televisão não passassem despercebidos. E nunca mais passarão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Agradecemos à nobre deputada Paula da Bancada Feminista. O próximo deputado inscrito é o Capitão Telhada. (Pausa.) Nobre deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Nobre deputado Caio França. (Pausa.) Nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Nobre deputado Major Mecca. (Pausa.) Nobre deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Nobre deputado GiJ Diniz. (Pausa.) Nobre deputado Lucas Bove. (Pausa.) Nobre deputado Alex Madureira. (Pausa.) Nobre deputado Reis. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. REIS - PT - Sr. Presidente, nós vamos ter o Grande Expediente depois?

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Depende dos Srs. Deputados.

O SR. REIS - PT - Ah, sim. Então vamos ter. Boa tarde a todos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Só para título de ilustração, este deputado não foi eleito como presidente, nem primeiro, nem segundo, nem terceiro, nem quarto vice. Estou só assumindo a Presidência aqui, como o Carlos Giannazi.

O SR. REIS - PT - Essa cadeira cabe bem à V. Exa. e cabe bem ao deputado Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Obrigado.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Eu quero cumprimentar todos os funcionários desta Casa, o público presente, cumprimentar os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Aleps.

Vossa Excelência deve perceber que já estou aprendendo. Hoje é o meu segundo dia aqui falando nesta tribuna, já estou captando um pouquinho e não estou trazendo os vícios da Câmara para cá. Quero dizer a V. Exa. que vou continuar...

Como tenho um tempo de ontem, que foi cortado no meio do caminho, quero continuar esse debate sobre a CPI, que acho que é importante, até para convencer V. Exa. a assinar esse pedido, para a gente poder protocolar.

Mas quero falar aqui neste Pequeno Expediente, Sr. Presidente, público presente, que, na data de ontem, um projeto de minha autoria foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo, colocando ali no território da Praça da Liberdade, acrescentando o nome “África”.

Então, é um projeto que espero que o prefeito Ricardo Nunes possa sancionar, que estabelece Praça da Liberdade como Praça da Liberdade África-Japão, e eu quero explicar por quê. A Praça da Liberdade, o nome “Liberdade”, Sr. Presidente, foi dado por conta da história do Francisco das Chagas.

O Francisco das Chagas era um cabo da polícia do batalhão de Santos, negro, e em 1821 ele se rebelou. Veja bem, nós vivemos hoje salários indignos na Polícia Civil, na Polícia Militar, mas já em 1821 o governo, vamos dizer assim, colonial, pré-imperial, a Coroa, que estava aqui no Brasil, já maltratava os policiais.

E os policiais brasileiros ganhavam menos que os policiais portugueses e muitas vezes ficavam meses e até anos sem receber o seu salário. Por conta dessa rebelião do Francisco das Chagas, o Chaguinha, ele foi levado à força e lá na Praça da Liberdade era a Praça da Forca. As pessoas eram enforcadas em praça pública e quando foi colocada a corda esta quebrou.

E quando a corda quebrava era sinal de absolvição. Quebrou a corda você está absolvido. E aí o povo gritou: “Liberdade”. O governo mandou colocar outra corda e esta também quebrou, e o povo falou isto: “Isto é um milagre. Liberdade, liberdade, liberdade!”. O governo colocou nele um cinturão de couro e, quando este caiu ao chão, ainda exibia sinais de vida. Mesmo assim o governo terminou matando ele a pauladas.

Por conta dessa história, com o passar do tempo, a praça que era da força passou a se chamar Praça da Liberdade. E lá nós temos a Igreja dos Afiltos, porque o primeiro cemitério de São Paulo foi o Cemitério dos Afiltos, porque negros, escravos, eram capturados e levados à força ali. Então eles vinham afiltos e eram sepultados nas proximidades da igrejainha.

Inclusive também fiz um pedido para o prefeito, fiz um ofício a ele solicitando um milhão e meio de recursos para fazer a recuperação desse patrimônio histórico que nós temos ali no Beco dos Afiltos, que é a Igreja dos Afiltos, e também tem lá a Igreja Nossa Senhora dos Enforcados. Então ali é um território negro.

A comunidade japonesa chegou em 1920 e, quando nós tivemos aqui a visita da família real, o governador Márcio França colocou o nome lá na estação do metrô de Liberdade-Japão e a Câmara Municipal correu por conta da visita da família real, da princesa Mako, filha do imperador Akihito, e colocou o nome Japão.

Nada contra. Nós entramos numa discussão e falamos: nós não estamos querendo tirar o nome Japão. A gente quer que ele continue porque a comunidade japonesa está lá, mas nós não podemos, Sr. Presidente, para terminar, esquecer da história do povo negro. E, porquanto, nós aprovamos ontem esse projeto, que a gente espera que seja sancionado, colocando também o termo África ali, porque a população negra...

Ali nós tivemos o Pelourinho; nós temos lá a Igreja Nossa Senhora dos Enforcados; nós tivemos a Praça da Forca; nós temos lá o Beco dos Afiltos; a Igreja Nossa Senhora das Almas dos Afiltos; e a história da nossa população negra. Então a gente quer reafirmar para que já que se tem Japão, também tenha África.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Parabéns pelo projeto aprovado e também pela história da cidade de São Paulo, porque V. Exa. foi um grande vereador para a nossa cidade. O próximo orador inscrito é o nobre deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente - vejo aqui jovens alunos - , telespectador da TV Assembleia, no último dia 15, na quarta-feira, durante a nossa posse, nós tivemos várias manifestações no Brasil contra a famigerada farsa do novo Ensino Médio, que foi na verdade uma medida provisória apresentada de uma forma autoritária pelo governo Temer e depois se transformou numa lei federal, alterando a LDB.

Eu digo famigerada e farsa porque não houve nada de novo no Ensino Médio no Brasil. E esse projeto, essa proposta, teve prosseguimento no governo Bolsonaro. Então, vejamos bem, é um projeto, é uma reforma de Ensino Médio que já começou errada; ela veio de cima para baixo.

Na época nós tivemos muitas contestações dos estudantes e dos professores. Ninguém aceitou aquela reforma, tanto é que ela veio como uma medida provisória, como se fosse um Al-5 dos militares; ela foi imposta autoritariamente para a Educação brasileira.

Muitas pessoas se manifestaram, mas era um governo autoritário, o governo Temer. Depois, essa reforma teve prosseguimento, logicamente, porque interessava às fundações empresariais, aos setores empresariais, esse modelo de reforma, mas não representava os interesses da Educação pública brasileira dos nossos alunos.

O fato é que agora nós estamos em um movimento importante para que ela seja revogada imediatamente, porque essa reforma do novo ensino médio, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular está destruindo a Educação brasileira, está fragmentando o currículo escolar, desorganizando as redes de ensino, as redes estaduais de ensino médio.

É um verdadeiro absurdo, porque essa reforma coloca de lado, neutraliza, diminui drasticamente a carga horária das disciplinas importantes do currículo escolar, até mesmo Matemática, Português, Filosofia, Sociologia, Biologia, Artes, Geografia, História, elas têm uma redução drástica da carga horária.

No lugar dessas disciplinas, eles colocaram mais de 1.500 disciplinas espalhadas pelo Brasil, fragmentando todo o currículo escolar. Eles colocam o que no lugar de filosofia, por exemplo?

Colocam uma disciplina para o aluno fazer brigadeiro na escola, para ensinar o aluno a fabricar sabonete, a trabalhar em telemarketing, rebaixando a aprendizagem dos nossos alunos no ensino médio. É isso que eles querem: formar alunos pobres para a mão de obra precarizada no Brasil.

Essa reforma do ensino médio veio no bojo de outras reformas, como a reforma previdenciária, a reforma trabalhista, a Lei do Teto de Gastos, a famosa lei que reduziu os investimentos nas áreas sociais por 20 anos; ela faz parte de um conjunto de ações daquele governo que tinha como meta central precarizar o mundo do trabalho e aprofundar a exploração dos trabalhadores, da mão de obra dos trabalhadores.

Para isso, eles tiveram que adequar a Educação brasileira, como aconteceu durante o golpe militar-empresarial de 64: generais golpistas de 64 também fizeram reformas educacionais para adequar à ideologia de segurança nacional, ao milagre econômico, a Educação brasileira. Isso se reproduz.

Essa é uma velha história, uma velha novela, que a gente já conhece há muitos anos no Brasil. Aconteceu também no Estado Novo, da ditadura Vargas, aconteceu a mesma coisa.

Então as reformas educacionais acompanham o momento político e o momento econômico, o momento da produção, de cada momento histórico. Isso aconteceu também, só que não dá mais, o povo não aceita: os estudantes não querem, os professores não querem, as entidades do Magistério repudiam veementemente.

A nossa luta é pela revogação. Não é para readequar, não é para discutir: nós queremos o fim da reforma do ensino médio. Ou seja, nós queremos a revogação imediata da Lei Federal n.º 13.415, de 2017.

Quero também anunciar que a nossa bancada, a do PSOL, em Brasília, Sr. Presidente, já teve uma iniciativa importante, me informou agora a nossa deputada federal Professora Luciene Cavalcante, que é aqui de São Paulo, supervisora da rede municipal, de que a nossa bancada, inclusive com assinatura dela, foi protocolado um PDL, um projeto de decreto legislativo, que começa a tramitar na Câmara dos Deputados.

Refiro-me aqui ao PDL nº 78, de 2023, que revoga a portaria do Bolsonaro, a Portaria nº 521, de 2021, que estabeleceu o cronograma nacional de implantação do novo ensino médio.

Nós não queremos a implantação. A implantação do novo ensino médio significa a destruição do ensino médio. Nós temos que revogar, não reformar, debater, não. Revogação imediata da farsa do novo ensino médio, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular que só serve aos interesses dos grandes empresários do Brasil para formar mão de obra barata e precarizada.